



# Anais da Assembléia

Nº 64

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 08 DE JUNHO DE 1976

ANO II

## 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 91ª SESSÃO (EXTRAORDINÁRIA) REALIZADA EM 08 DE JUNHO DE 1976 TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Senhores Deputados Leopoldo Jacomel e Rosário Pitelli.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Aguiinaldo Pereira Lima, Maurício Roslindo Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dál'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Ivo Thomazoni, João Cioni Netto, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho e Werner Wanderer (41); achando-se ausentes os Senhores Deputados Del Ciel, Aragão de Mattos Leão, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Jayme Rodrigues Carvalho, José Domingos Scarpelini, Lázaro Dumont, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Otássio Pereira e Wilson Fortes (13).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO EXTRAORDINÁRIA:

- O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.
- O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.
- O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Não há expediente a ser lido.  
Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 41 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 44/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 23/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Indianópolis, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam a Casa Escolar Duque de Caxias e o Grupo Escolar de Indianópolis, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ, por unanimidade. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 48/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 30/76, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o município de Manoel Ribas, objetivando execução de reparos onde funcionam as Escolas que especifica, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ, por unanimidade. — **Aprovado.**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## PROJETO DE LEI Nº 48/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**RESOLVE:**

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o município de Manoel Ribas, objetivando a execução de reparos onde funcionam as Escolas Estaduais Nossa Senhora Aparecida, Mal. Floriano, Nereu Ramos, Excelcior, José Bonifácio, Cristo Rei, Santa Ana, Santa Terezinha, Lauro Müller e Princesa Isabel, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de março de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente  
DÁCIO LEONEL — Relator

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição nº 30/76

Acompanhado da Mensagem Governamental nº 154/75, de 16 de dezembro de 1975, é encaminhado à apreciação desta Casa, Convênio celebrado pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o município de Manoel Ribas, objetivando a execução de reparos onde funcionam as Escolas Estaduais Nossa Senhora Aparecida, Mal. Floriano, Nereu Ramos, Excelcior, José Bonifácio, Cristo Rei, Santa Ana, Santa Terezinha, Lauro Müller e Princesa Isabel, da sede do referido município.

Cumpra o Sr. Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 30 de março de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente  
DÁCIO LEONEL — Relator

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 9, quarta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

### ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 48/76.  
Levanta-se a sessão.

## 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 92ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 08 DE JUNHO DE 1976 TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Senhores Deputados Leopoldo Jacomel e Rosário Pitelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Aguiinaldo Pereira Lima, Maurício Roslindo Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon

Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Ivo Thomazoni, João Cioni Netto, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer (41); achando-se ausentes os Senhores Deputados Del Ciel, Aragão de Mattos Leão, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Jayme Rodrigues Carvalho, José Domingos Scarpelini, Lázaro Dumont, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Otássio Pereira e Wilson Fortes (13).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

#### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

#### EXPEDIENTE:

#### REQUERIMENTOS:

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a V. Sa., após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje desta sessão um voto de profundo pesar pelos falecimentos dos Senhores Jurandir Dalprá e Leonir Giaretta; ocorrido na cidade de Toledo - Paraná.

A morte de Leonir Giaretta e Jurandir Dalprá que enlutou não somente seus filhos e esposa, pais e irmãos mas a sociedade de Toledo onde se integravam como lídimos representantes do trabalho e conduta moral, sabendo serem ativos e corajosos nos difíceis momentos de sua vida, ainda que muito curta.

O falecimento de ambos repercutiu intensamente, pois quem teve a oportunidade de conhecê-los, sabiam o quanto eram merecedores de apreço e admiração, face às virtudes que ornavam suas personalidades de escol.

Assim no momento em que se enluta as famílias GIARETTA e DALPRÁ da minha cidade é justo que a Assembléia do Paraná se associe às inúmeras manifestações de pesar.

Caso aprovado se dê conhecimento ao Senhor Leonório Giaretta e a Senhora Renati Dalprá no endereço a seguir:

Rua: Santos Dumont nº 1843 — TOLEDO - PR.

Caixa Postal nº 209.

Sala das Sessões, em 08 de junho de 1976.

(a) ERNESTO DAL'OGGIO

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve na forma regimental, após ouvir o douto Plenário, requer voto de pesar pelo passamento do Pe. José Busato, ocorrido no dia 02 do corrente mês, na cidade de Iporá, onde exercia com amor e dedicação o sacerdócio, desfrutando do prestígio da massa iporãense.

Cumunique-se à família enlutada, que reside em Sobradinho — Estado do Rio Grande do Sul.

Sala das Sessões, em 08 de junho de 1976.

(a) ERNESTO GNOATO

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do jovem Osmar Ino-

cente, ocorrido na cidade de Rancho Alegre.

Sala das Sessões, em 08 de junho de 1976.

(a) DÁCIO LEONEL

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, para que seja consignado na Ata dos trabalhos da presente sessão de um profundo voto de pesar pelo falecimento da Senhora Alzira Mendes de Araujo, ocorrido na cidade de Londrina.

Sala das Sessões, em 08 de junho de 1976.

(a) DÁCIO LEONEL

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

No uso de suas atribuições regimentais, o Deputado que abaixo subscreve, após ciência do Plenário, requer se consigne na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de congratulações à Srta. Cláudia Schueiri, eleita Miss Paraná-76, representando o município de Cornélio Procopio.

Requer, outrossim, que deste, se dê conhecimento à Miss Paraná-76.

Sala das Sessões, em 08 de junho de 1976.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após anuência do Plenário, que se registre na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de congratulações à Srta. Edna Babinski Faé e à Diretoria do Clube Pontagrossense, eleita que foi como sendo a Rainha da Soja do Paraná representando aquela sociedade.

Requer, outrossim, que deste se dê conhecimento à Srta. Edna e à Diretoria do Clube.

Sala das Sessões, em 08 de junho de 1976.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ciência e aprovação do Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de congratulações ao Deputado Federal paranaense Ítalo Conti, pela apresentação do projeto de lei que visa devolver à nação paraguaia todos os troféus obtidos durante a guerra entre aquele país e o Brasil durante os anos de 1865 a 1870, em nosso poder atualmente.

No momento em que Itaipu, une ainda mais os laços de amizade entre o Brasil e o Paraguai, inoportuno e inconsequente seria manter vivo esta parte de nossa história, que, se por um lado alimenta o nosso orgulho de vencedor, por outro, permanece na memória do vencido alimentando uma mágoa que nem o tempo consegue esmaecer. Somos um País de índole pacifista e como tal devemos nos orgulhar dos feitos conseguidos nos tempos de paz.

Solano Lopes é um herói paraguaio e assim devemos respeitá-lo, sem, evidentemente, deixar de cultuar os que deram a vida pelo nosso País, naquele triste episódio para a América do Sul.

Requer, outrossim, seja enviada cópia deste ao interessado e ao cônsul paraguaio em nossa Capital.

Sala das Sessões, em 08 de junho de 1976.

(a) GILBERTO CARVALHO

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental,

requer a inserção em Ata de voto de regozijo pelo transcurso, em data de hoje, de cinquentenário de Fundação do Clube Atlético Seletto, tradicional agremiação desportiva da cidade de Paranaguá.

Pede-se, também, que da decisão do Plenário se dê ciência ao Doutor José Francisco Linhares, atual Presidente do Clube Atlético Seletto, manifestando o júbilo desta Assembléia Legislativa pela grata efeméride.

Sala das Sessões, em 07 de junho de 1976.

(a) ACCIOLY NETO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente, requer o envio de expediente aos Senhores Adilson Gomes de Oliveira, Secretário da Receita Federal, em Brasília; e Kasuki Shiobara, Delegado da Receita Federal, nesta Capital, encarecendo aos mesmos, providências necessárias no sentido de que, venha a ser criado e instalado, posto da receita federal, na sede do município de Mandaguari, uma vez que, o atual posto da cidade de Maringá, será elevado à categoria de Delegacia Regional daquele importante órgão federal.

Sala das Sessões, em 08 de junho de 1976.

(a) GABRIEL SAMPAIO

#### JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento, objetiva precípua e especificamente, dar condições de um melhor atendimento aos contribuintes e usuários da Delegacia da Receita Federal no município de Mandaguari e nos vizinhos municípios daquela região.

Isto porque, é indiscutível o crescimento por parte daquele município, nos mais diversificados campos da atividade humana.

É evidente portanto, que a criação do posto na sede do município de Mandaguari, além dos relevantes serviços de orientação ao contribuinte da região, estará diminuindo uma grande parte o volume de atendimento da nova Delegacia recentemente criada em Maringá.

Não temos portanto, a mínima dúvida de que, nossos nobres Pares neste Poder Legislativo, darão o devido apoio ao presente, permitindo desta forma a criação de mais um posto da Secretaria da Receita Federal em nosso Estado.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, requer ouvido o Plenário, seja encaminhado apelo ao Presidente da Rede Ferroviária Federal e ao Diretor Regional daquela empresa, a fim de que se estude a possibilidade da inclusão de carros de passageiros de 1ª e 2ª classes, nas composições ferroviárias, que fazem o percurso desde o Porto de Paranaguá até o final da linha na região norte, via Apucarana e Maringá.

A presente proposição justifica-se plenamente, tendo em vista o grande número de interessados, com poucos recursos, que se deslocam entre as principais cidades deste trajeto, principalmente, em função do escoamento da grande produção de cereais.

Sala das Sessões, em 04 de junho de 1976.

(a) GABRIEL MANOEL

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja concedida autorização para representar a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no encontro da Região Sul das Federações de Trabalhadores Rurais, que terá lugar em Brasília, nos dias 08 e 09 do fluente mês, onde serão debatidos assuntos referentes aos moinhos coloniais.

Informamos à douta Comissão Executiva que as despesas correrão por conta das entidades promotoras do encontro.

Sala das Sessões, em 07 de junho de 1976.

(a) LÁZARO DUMONT

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, requer após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação e Cultura, Ney Aminthas de Barros Braga, para que sejam enviados esforços para a criação e instalação de uma Faculdade de Ciências Agrárias (Agronomia e Veterinária) em Marechal Cândido Rondon.

Solicitando o apoio ao nobre Ministro, em nome do povo daquele município.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1976.

(a) WERNER WANDERER

#### JUSTIFICATIVA:

Para que se faça uma agricultura do tamanho do Brasil, é necessário que, além dos incentivos e apoio dado pelo governo ao agricultor, temos necessidade da formação de elementos especializados. Na medida gradual em que formos alcançando o nosso objetivo, na expansão da agricultura, imperiosamente deveremos ter condições de preservar o solo e objetivar maior rendimento com o emprego de técnicas modernas. Desta forma poderemos evitar que o governo venha a gastar grandes somas no futuro com programas de combate à erosão, pois jamais conseguiremos recuperar a parcela do solo produtivo perdido.

Ao analisarmos o estágio já alcançado pela agricultura, infligindo um progresso automático aos centros urbanos da região e conhecendo a efetiva participação do povo rondonense nas realizações em todos os setores, temos a certeza de que, uma vez criada a Faculdade de Ciências Agrárias, todo o povo, não só de Marechal Cândido Rondon mas de toda a região Oeste, será o sustentáculo desta necessidade que reivindicamos, solicitando o apoio integral do Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação e Cultura.

#### REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer seja encaminhado expediente solicitando o empenho de Sua Excelência Presidente da República, do líder do Governo no Senado, Presidente do Senado, Presidente Nacional da ARENA, Ministro da Agricultura e Senadores representantes do Estado do Paraná, no sentido de aprovação pelo Senado Federal do Decreto nº 366, que regulamenta a moagem colonial do trigo.

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado às autoridades acima relacionadas, um expediente solicitando o empenho das mesmas, no sentido de aprovação do Decreto nº 366, que regulamenta a moagem de trigo por parte dos moinhos coloniais.

Sala das Sessões, em 08 de junho de 1976.

(a) LÁZARO DUMONT

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputados que este subscrevem requerem, na forma regimental, o envio de Ofício ao Excelentíssimo Senhor Doutor Gastão de Abreu Pires, Secretário de Estado dos Recursos Humanos, solicitando a realização de estudos e a adoção de medidas, visando ao pagamento da gratificação de tempo integral e dedicação exclusiva aos servidores públicos, não policiais, lotados na Secretaria de Estado da Segurança Pública e que prestam serviços

como agente de polícia nas Delegacias Especializadas e Distritais da Capital, bem como nas do interior do Estado.

Esses servidores prestam os mesmos serviços que os agentes de polícia, mas, ao contrário destes, não percebem a mencionada gratificação. Tal situação desatende ao princípio da isonomia que deve imperar, sem qualquer restrição, no serviço público, sobre ser respeitado até nas atividades privadas.

Assim, o que se pede à Secretaria de Recursos Humanos é o equacionamento da questão para, em seguida, ser deslindada com o pagamento da gratificação de tempo integral e dedicação exclusiva aos servidores que, mesmo não sendo policiais por definição legal — só o são os que estão abrangidos pelo Estatuto próprio da Polícia Civil, prestam serviços como agente de polícia, quer na Capital, quer no interior do Estado.

Com isso, cessará a distorção existente e não ficará maculada a regra, segundo a qual a todo trabalho igual corresponde igual remuneração, além de se fazer justiça a abnegados servidores, momentaneamente incumbidos de garantir a segurança pública.

Sala das Sessões, em 08 de junho de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO

IVO THOMAZONI

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupamos a tribuna para fazer um registro que entendemos muito válido, porque no último sábado estivemos em Londrina, ocasião em que foram inauguradas duas magníficas unidades escolares, uma no Jardim Flórida, com 1.825 metros quadrados de área construída e, outra, no Jardim Leonor, com 2.461 metros quadrados de área construída, ambas, evidentemente, em construção de alvenaria.

Mas, Srs. Deputados, o que mais motiva a nossa presença nesta tribuna, é por ter comparecido àquelas duas inaugurações, o Sr. Prefeito Municipal de Londrina, Dr. José Richa e por ter S. Exa., em ambas as ocasiões, usado da palavra para testemunhar, publicamente, a tantos quantos compareceram às inaugurações, a melhor gratidão do município de Londrina por reconhecer, o Prefeito daquela cidade, não obstante não pertencer ao nosso Partido de que, realmente, o Governo Jayme Canet Júnior, vem se consolidando numa grande liderança no campo dos atendimentos educacionais.

E disse mais, o Prefeito de Londrina, de que, realmente, Londrina é muito grata ao Governo porque em época alguma de sua história, Londrina recebeu o que está recebendo agora em realizações do Governo do Estado do Paraná, como faz prova a inauguração, em apenas 45 dias, de quatro magníficos prédios escolares, além de outros que estão sendo iniciados e de mais cinco que estão projetados e que deverão ter o início de construção, ainda neste ano.

Acreditamos que o pronunciamento do Prefeito de Londrina, especialmente em se tratando de Prefeito que não pertence ao nosso Partido, é uma demonstração evidente daquilo que tem feito o Governo Jayme Canet Júnior. Daí porque entendemos, absolutamente, válido que esta notícia também se transmitisse a esta Casa Legislativa, a esta tribuna e ao povo, porque não há como se negar o volume extraordinário de obras do atual Governo no Estado do Paraná. Vejam os Srs. Deputados, que neste prazo de 45 dias, trazendo como exemplo Londrina, porque as obras acontecem em todo o Paraná, somente em Londrina foram inauguradas em apenas 45 dias, quatro magníficas unidades escolares construídas por este Governo que aí está, um no Jardim Bandeirantes, outra no Jardim Santa Rita, sábado no Flórida e sábado no Jardim Leonor.

Inicia-se a construção de unidade escolar na Vila Nova e estão projetadas para serem iniciadas as construções no Jardim

Itamarati, Jardim Paraíso, Valdemar Hauer, Aeroporto e Parque das Indústrias. É a presença indiscutível do Governo.

Daí, Sr. Presidente, o motivo de nossa presença nesta tribuna para que registrássemos, com satisfação, o pronunciamento do Prefeito Municipal da cidade de Londrina, Dr. José Richa.

Era apenas o registro e a alegria que Londrina continua recebendo uma injeção extraordinária do Governo para aumentar ainda mais a sua caminhada no campo do progresso. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi, segundo orador inscrito.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No início do presente ano letivo, quase mil estudantes universitários se sentiram privados de manterem a sequência de seu curso, em virtude da paralisação das aulas do seu curso de Administração de Empresas e Comércio Exterior, ministrados pela Fundação de Estudo e Ensino Internacional do Paraná.

Esta fundação paralisou as suas atividades depois de admitir centenas de matrículas para o presente ano letivo e assim, mais de oitocentos alunos dos Cursos de Administração de Empresas e Comércio Exterior, não vêm recebendo as aulas a que se matricularam e a que fazem jús. Segundo alegações dos responsáveis, dadas aos estudantes como justificativas, sempre que questionados, o MEC iria se responsabilizar em patrocinar a sequência dos estudos em outro estabelecimento. Com o decurso do tempo, os estudantes que aguardam a solução do problema, estão a indagar da veracidade das alegações levantadas pelos responsáveis desta Fundação, mesmo porque sempre que indagados, com evasivas, procuram justificar-se perante os alunos, que a solução depende, agora, exclusivamente, do Ministério de Educação e Cultura.

Assim, necessária para esclarecimentos destes quase mil universitários, a versão oficial do MEC, a qual poderá trazer a tranquilidade necessária ou então permitir que os estudantes, pela via judicial, tenham uma medida contra os impostores.

O MEC apenas determinou a paralisação das aulas e segundo os comentários que circulam hoje, não teria assumido qualquer responsabilidade pela sequência dos cursos em outros estabelecimentos de ensino. O certo é, que o Ministério de Educação e Cultura até a presente data não reconheceu a legalidade do ensino ministrado pela Fundação de Estudos Internacionais do Paraná. E, que em razão desta negativa teria determinado a paralisação das aulas.

Por outro lado a imprensa tem dado e é do conhecimento público, de uma polêmica surgida entre a Direção desta fundação e funcionários ou representantes do MEC, sobre o assunto.

Aqueles, defendendo a legalidade do ensino, e estes isentando a responsabilidade do MEC na sequência dos cursos.

Porém, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o mais grave da história é que os grandes interessados e os únicos prejudicados são os estudantes que pagaram as matrículas e que não estão recebendo as aulas.

Ora, se o Estado através do Ministério de Educação e Cultura tem a responsabilidade de fiscalizar o ensino, mesmo quando ele parta de iniciativa privada, como é o caso, tem que se fazer presente no caso como o presente, em que quase mil universitários estão sem saber fazer o quê, esperando talvez uma solução que o MEC não tem a responsabilidade de dar. Mas que, esclarecidos em tempo poderão aproveitar este ano de estudos, porque se ficarem nessa expectativa até o fim do ano e depois esperarem por uma solução que não virá, terão perdido um tempo irrecuperável, que será um ano de estudos.

Assim sendo, estamos propondo a esta Assembléia, que seja enviado ao Ministério de Educação e Cultura um requerimento para visar o encaminhamento de uma solução a este problema. (LÊ):

“Súmula: — Requer do MEC providências para resguardar

direito e interesses dos alunos da Fundação de Estudos Internacionais do Paraná.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, requer manifestação do Plenário para aprovar pedido ao Ministério da Educação e Cultura no sentido de providenciar o resguardo dos direitos e interesses dos alunos da Fundação de Estudos Internacionais do Paraná, que teve no presente ano letivo, paralisadas suas atividades, deixando ao desamparo mais de oitocentos alunos do Curso de ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS E COMÉRCIO EXTERIOR, sob a alegação de que o MEC, providenciaria o aproveitamento, ainda no presente semestre de todos os seus alunos.

Sala das Sessões, em 08 de junho de 1976.

## JUSTIFICATIVA:

A Fundação de Estudos Internacionais do Paraná, ao paralisar suas atividades, depois de admitir centenas de matrículas de seus alunos para o corrente ano letivo, vem causando sérios contratempos a mais de oitocentos estudantes dos Cursos de Administração de Empresas e Comércio Exterior. Segundo alegação dos responsáveis dada aos estudantes como justificativa, sempre que questionados, o MEC, teria se responsabilizado em patrocinar a seqüência dos estudos em outro estabelecimento. Com o decurso do tempo os estudantes, ante a falta de uma solução para o problema, estão a indagar da veracidade das afirmações levantadas pelos responsáveis pela FEIP, mesmo porque, sempre que indagados e com evasivas procuram justificar-se perante os alunos que a solução depende, agora, exclusivamente do MEC. Assim, necessário para esclarecimento destes quase mil universitários a versão oficial do MEC a qual poderá trazer a tranqüilidade necessária, ou então permitir aos estudantes uma ação judicial contra os impostores, se confirmadas as versões e comentários de que o MEC, apenas determinou a paralisação das aulas, mas não assumiu qualquer responsabilidade pela seqüência dos cursos em outros estabelecimentos de ensino.

O certo é que o Ministério da Educação e Cultura, até a presente data não reconheceu a legalidade do ensino ministrado pela FUNDAÇÃO DE ESTUDOS INTERNACIONAIS DO PARANÁ e que em razão desta mesma negativa, teria determinado a paralisação das aulas.

Por outro lado, a imprensa tem dado conhecimento público de uma polêmica surgida entre a Direção da Fundação e Funcionários ou representantes do MEC, sobre o assunto, em que aqueles defendem a legalidade do ensino e estes a total falta de amparo legal para o reconhecimento e continuidade dos cursos. De tudo isso, porém, o lamentável é que os alunos, os reais prejudicados, continuam desinformados e o mais grave, além de já terem pago suas matrículas não estão tendo aulas e ainda não sabem se as terão, daí a necessidade urgente de uma PALAVRA OFICIAL DO MEC, sobre este tão controvertido assunto. Se ao Estado cabe orientar a educação e fiscalizar tal setor, esta participação tem que ser efetuada com urgência, para que não fiquem os estudantes esperando o que não virá e em consequência acabem perdendo um precioso e irrecuperável ano de estudos. O requerimento, objetiva pois, o esclarecimento da questão. Ou o MEC, determina a outro estabelecimento que aproveite em seus cursos os alunos matriculados e em complementação de curso ou então apure a responsabilidade dos responsáveis pela FEIP, que estão propalando a omissão do MEC.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Concedo a palavra ao Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, inscrito.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estivemos neste final de semana na Capital da República, e não para surpresa nossa mas para satisfação nossa, na tarde de

ontem, 2ª feira, sem audiência marcada previamente, sem os protocolos que muitas vezes em órgãos federais aqui do Paraná, nós, parlamentares, passamos pelo crivo de gabinetes, de assessores de gabinetes, de diretores de órgãos federais aqui no Paraná, como se fôssemos um cidadão sem obrigações, ou um cidadão que não tivesse representação popular.

Quero trazer a esta Casa, como notícia e não como novidade, que na tarde de ontem este parlamentar conseguiu entrevista, audiência, que eu considero audiência automática, com três ministros: O Ministro de Minas e Energia, com apenas um telefonema me convidou que comparecesse ao gabinete, que me receberia na hora.

E mais do que isso Srs. Deputados, o Ministro Shigeaki Ueki, com aquela sua humildade de um verdadeiro sábio, não só atendeu de imediato com aquela que poderíamos pensar aparentemente, "fachada política de agrado" muito mais do que isso, o Ministro de Minas e Energia demonstrou em poucas palavras, em alguns minutos que estivemos no seu gabinete, ser conhecedor profundo dos problemas, dos dramas do nosso Estado, e levamos um problema da minha região, Bocaiúva do Sul, Adrianópolis, Cerro Azul, o problema da mineração. Onde as leis vinculadas à mineração devem ser reexaminadas para que, sejam mais dinamizadas, principalmente, o aproveitamento do calcário.

Sentimos em duas palavras o conhecimento profundo do Ministro de Minas e Energia, dos problemas que vive o nosso Estado, com relação à mineração.

E tivemos a satisfação de adentrar ao gabinete daquele Ministério, com um industrial de Bocaiúva do Sul que saiu, não abismado mas, apaixonado pelo atendimento e pelas providências imediatas que o Ministro de Minas e Energia se propõe a tomar para solucionar problemas com relação à mineração da zona de minério de nosso Estado.

E disse, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o Paraná e, neste momento, Srs. Deputados, eu ousei falar em nome da Casa, como Presidente ainda da Comissão, que eu entendi, que os membros entenderam, que não devesse ser extinta ainda a Comissão pró-implantação do polo petroquímico, porque esta luta, no meu entendimento e dos meus companheiros desta Comissão, Sr. Presidente, ainda não terminou. E quero trazer como notícia aos meus companheiros desta Casa que o Ministro de Minas e Energia nos comunicou que o Paraná não perdeu de todo o polo petroquímico, porque aquele polo petroquímico para o qual esta Comissão foi formada, aquele foi para o Rio Grande do Sul, mas o Paraná vai receber dentro em breve cerca de 50 milhões de dólares que serão empregados na zona industrial de Curitiba, para o aproveitamento de derivado do petróleo com vistas aos fertilizantes oriundos da amônia e da uréia. Isso no meu entendimento, e aqui não é um dado técnico que eu possa assegurar porque é um entendimento muito pessoal meu, como engenheiro que sou, que somente com o aproveitamento para fertilizantes dos derivados da uréia com aproveitamento para fertilizantes e da amônia, nós teremos em nosso Estado cerca de 30 por cento do que representa um polo petroquímico.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ainda, nós não perdemos esta luta, e ainda o Paraná está participando desta luta que nós haveremos de continuar nesta Comissão pró-implantação do polo petroquímico, reivindicando para o Paraná.

Quero também, nesta tarde, aproveitando estes poucos minutos, dizer da forma cavalheiresca e objetiva com que me recebeu o Ministro de Transportes, o Gal. Dirceu Nogueira. Naquela simplicidade de um gaúcho que recebe um paranaense como um vizinho, que recebe sem protocolo, de braços abertos e com um sorriso perguntando da nossa terra e da nossa gente. Levamos a reivindicação do Vale da Ribeira para melhoria desta estrada federal, e disse em palavras duras ao Ministro, que me entendeu, porque embora duras as palavras são verdades, que não deveriam ser ditas. A grande estrada, a velha estrada da Ribeira, do Vale da

Ribeira que unia a Capital de nosso Estado, com a Capital do Estado de São Paulo, que foi motivo do desenvolvimento dessa região, outrora, hoje, é motivo de atraso de uma região que deve abastecer o Brasil, nos corretivos de solo, mas, por ser uma estrada federal — foram estas as palavras que disse ao Sr. Ministro — por ser estrada federal, nem o Estado que está proporcionando o desenvolvimento da pavimentação pode melhorar as condições de transporte, nessa região.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) A Mesa comunica que está esgotado o tempo concedido a V. Exa., e concede-lhe mais um minuto para conclusão de sua oração.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — E o Ministro dos Transportes disse-me que providências imediatas vão ser tomadas. E nos sugeriu medidas para que junto ao Ministério, ao Governo do Estado, possamos levar aos industriais do Vale da Ribeira soluções mais breves para o transporte dos minerais das indústrias que se implantam e deverão ser ainda implantadas.

Quero também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, dizer que o nosso Ministro Ney Braga também me atendeu, sem audiência, dizendo: “diga ao Quiesel que quero abraçá-lo, ele que aguarde dois minutos, que o recebo”. E já eram seis e meia da tarde, quando passei somente para cumprimentar o Ministro Ney Braga. E S. Exa. me recebeu com tanta cordialidade que tenho que vir à tribuna para dizer que é um exemplo o tratamento que os ministros proporcionam aos parlamentares, a muitas pseudo-autoridades, principalmente federais, que se julgam autoridades, que pensam que são autoridades, que observem o tratamento que os ministros dão aos parlamentares, para ver o que significa o parlamentar, na ordem do dia, para quem entende e faz juz à posição que ocupa.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Maurício Fruet, inscrito.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há alguns dias, analisando os inúmeros acidentes de trânsito, verificados em nosso Estado, propusemos e foi aprovado por esta Assembléia Legislativa, a constituição de uma Comissão Especial com o objetivo de oferecer subsídios ao projeto que tramita no Senado Federal, e que pretende efetuar algumas reformas com relação à legislação de trânsito, no Brasil.

E hoje viemos apenas para comunicar à Casa que, na próxima quinta-feira, com a presença dos Srs. Deputados indicados pelas lideranças do MDB e da ARENA, Deni Schwartz, Luiz Alberto de Oliveira, Alfredo Gulin e Ezequias Losso, será instalada a referida Comissão.

Era esta a comunicação que desejávamos fazer à Casa. — ((Sem revisão do orador)).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) A Mesa tem o prazer de anunciar a presença, neste plenário, do Sr. Olinto Frunaleto, Prefeito Municipal de São Sebastião da Amoreira.

À Comissão organizada em consequência do requerimento aprovado nesta Casa, de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, para fazer, junto ao Sr. Ministro de Educação e Cultura, um trabalho para que sejam atendidas as Universidades do Paraná, foram designados pela Presidência, os seguintes Srs. Deputados:

por Maringá, GABRIEL SAMPAIO;  
por Londrina, DÁCIO LEONEL e OSVALDO MACEDO;  
por Ponta Grossa: LUIZ CARLOS ZUK e DAVID FETTERMANN.

Quanto ao requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, proporia que essa Comissão que vai à Brasília ter contato com o Sr. Ministro da Educação, poderia levar em mãos

o problema levantado pelo ilustre Deputado.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria, inscrito.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, declino.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

## ORDEM DO DIA,

com a presença de 41 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 98/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, determinando arquivamento de Projetos que concedem Honrarias, apresentados e oriundos de outras Legislaturas — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 45/76, de autoria do Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, que declara de utilidade pública a Sociedade Universitária Paranaense de Ensino, com sede nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade, EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 103/75, de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, que declara de utilidade pública, o Centro de Umbanda de Vovó Sabina, com sede e foro na cidade de Jaguariaíva. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 25/76, de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel de Quadros, que declara de utilidade pública a Loja Maçônica Independência, com sede na cidade de Primeiro de Maio. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 33/76, de autoria do Deputado Alfredo Gulin, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual de 1º Grau La Salle, com sede à Rua La Salle, sem número, nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 37/76, de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, que declara de utilidade pública a Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, com sede no Estado do Rio de Janeiro. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 09/76, de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, que declara de utilidade pública o Conselho Comunitário de Obras Sociais, com sede e foro na cidade de Nova Esperança. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

## PROJETO DE LEI Nº 09/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## DECRETA:

Art. 1º — Fica declarado de Utilidade Pública o CONSELHO DE OBRAS SOCIAIS, com sede e foro na cidade de Nova Esperança.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

(a) BASÍLIO ZANUSSO



## JUSTIFICATIVA:

O Conselho Comunitário de Obras Sociais, na cidade de Nova Esperança, é uma entidade que vem, desde sua fundação, coordenando as atividades sociais daquela cidade. Os seus objetivos que estão escritos nos seus estatutos sociais, cuja fotocópia anexamos ao presente, comprovam estarem preenchidos os requisitos exigidos pela Legislação Federal e Estadual, reguladora do instituto da declaração de utilidade pública.

Nestas condições, é que apresentamos o presente Projeto de Lei que, temos a certeza, contará com o apoio dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PARECER AO PROJETO DE LEI 09/76

De autoria do nobre Deputado Basílio Zanusso, objetiva o presente projeto de lei declarar de utilidade pública o Conselho Comunitário de Obras Sociais de Nova Esperança.

Sem dúvida, a entidade acima presta relevantes serviços à comunidade de Nova Esperança, o que se verifica pelos seus Estatutos anexos. Os membros da sua Diretoria não recebem qualquer remuneração, estando preenchidos os requisitos exigidos pela legislação federal e estadual reguladora da matéria.

Nestas condições, nosso parecer é pela aprovação do Projeto de Lei em tela.

Sala das Comissões, em 19 de maio de 1976.

aa) Accioly Neto, Presidente; Lineu Turra, Relator.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 26/76, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, que declara de utilidade pública a Associação Pontagrossense de Assistência à Criança Defeituosa com sede e foro na cidade de Ponta Grossa. Parecer favorável da CCJ, por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 26/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO PONTAGROSSENSE DE ASSISTÊNCIA À CRIANÇA DEFEITUOSA, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1976.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

## JUSTIFICATIVA:

A Associação Pontagrossense de Assistência à Criança Defeituosa é uma Sociedade Civil, de direito particular, que tem como finalidade única a prestação de assistência médica, pedagógica e social aos menores portadores de defeitos físico-ortopédicos.

Em se tratando de uma entidade do mais largo alcance social e de fins tão humanitários, despida de qualquer intuito lucrativo, nada mais justo e oportuno, portanto, do que seu reconhecimento de utilidade pública por esta Casa de Leis, razões pelas quais, solicitamos apoio e aprovação para este Plano de Lei aos nobres Pares.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PARECER AO PROJETO DE LEI 26/76

De autoria do nobre Deputado Luiz Carlos Zuk, objetiva o presente projeto de lei, declarar de utilidade pública a "Associação Pontagrossense de Assistência à Criança Defeituosa".

Sem dúvida, a entidade acima presta relevantes serviços à

comunidade de Ponta Grossa, o que se verifica pelos seus estatutos anexos. Os membros da sua Diretoria não recebem qualquer remuneração, estando preenchidos todos os requisitos exigidos pela Legislação Federal e Estadual, reguladora da matéria.

Nestas condições, nosso parecer é pela aprovação, do presente projeto de lei em tela.

Sala das Comissões, em 19 de maio de 1976.

aa) Accioly Neto, Presidente; Lineu Turra, Relator.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 29/76, de autoria do Sr. Deputado João Cioni Neto, elevando de 9 (nove) para 11 (onze) o número de Vereadores da Câmara Municipal de Umuarama. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 29/76.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1º — Fica elevado de 9 (nove) para 11 (onze) o número de Vereadores da Câmara Municipal de Umuarama.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07 de abril de 1976.

(a) JOÃO CIONI NETO

## JUSTIFICATIVA:

Segundo o parágrafo único do artigo 28 da Lei Complementar número 2, de 18/06/73 — Lei Orgânica dos Municípios — o número de Vereadores, em cada Legislação, será alterado, por Lei Estadual, tendo em vista o total de eleitores inscritos no Município, até 180 dias antes das eleições municipais, conforme dados estatísticos fornecidos pelo Tribunal Regional Eleitoral.

De acordo com a certidão que anexamos ao presente, fornecida por aquele órgão eleitoral, está plenamente justificado o aumento que ora se preconiza. Isto, tendo em vista o aumento populacional expressivo que o Município de Umuarama apresentou e vem apresentando nestes últimos anos. Estas são as razões do presente plano de lei, que ora propomos a esta augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PARECER AO PROJETO DE LEI 29/76

Visa o presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado João Cioni Neto, elevando de nove (09) para onze (11), o número de Vereadores da Câmara Municipal de Umuarama.

Acompanha o projeto, certidão do Tribunal Regional Eleitoral, na qual indica que o número de eleitores inscritos até 12 de abril do corrente ano, é no município de Umuarama, de trinta e seis mil e dez eleitores (36.010).

Segundo o artigo 107 da Carta Magna, "o número de Vereadores, sempre ímpar, será firmado por lei, em proporção que não exceda de um para cada três mil eleitores, não podendo ser inferior a nove nem superior a vinte e um".

A Lei Complementar número 2, de 18 de junho de 1973, no seu parágrafo único do Art. 28 — Lei Orgânica dos Municípios — complementando o citado Art. 107 da Constituição Estadual, "o número de Vereadores, em cada Legislação, será alterado, por Lei Estadual, tendo em vista o total de eleitores inscritos no município, até 180 dias antes das eleições municipais, conforme dados estatísticos fornecidos pelo Tribunal Regional Eleitoral".

Tendo em vista que o Projeto se encontra devidamente documentado, temos que o mesmo se encontra em condições de ser aprovado por esta Casa, dando assim, cumprimento ao disposto na citada Lei Complementar número 2.

Nestas condições, nosso parecer é favorável ao Projeto de

Lei 29/76, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

aa) Accioly Neto, Presidente; Ezequias Losso, Relator.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 42/76, de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, que declara de utilidade pública a Sociedade Espírita Irmandade de Jesus, com sede na cidade de Cascavel. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade — **Aprovado.**

# PROJETO DE LEI Nº 42/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarada de Utilidade Pública a SOCIEDADE ESPÍRITA IRMANDADE DE JESUS, com sede na cidade de Cascavel.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1976.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

## JUSTIFICATIVA:

Conforme se vê pelos Estatutos, que fundamentam e esclarecem sua atuação, a Sociedade Espírita Irmandade de Jesus foi fundada em 27 de agosto de 1967 e vem, desde aquela data, prestando serviços às pessoas necessitadas.

Tais serviços tiveram o reconhecimento da municipalidade que, através da Câmara de Vereadores, houve por bem declarar a referida entidade de Utilidade Pública Municipal, o que justifica a pretensão em conceder-lhe essa condição também em âmbito estadual.

Face ao exposto, estamos convictos de que o presente Projeto de Lei merecerá o apoio dos nobres Deputados.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

### PARECER AO PROJETO DE LEI 42/76

O projeto de lei 42/76, de autoria do nobre Deputado Fidelcino Tolentino, visa declarar de utilidade pública a Sociedade Espírita Irmandade de Jesus, com sede na cidade de Cascavel.

Analisando-se o projeto a justificativa e a documentação que o acompanha, temos que o mesmo se acha dentro das normas legais estabelecidas pela legislação Estadual e Federal, reguladora da matéria.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

aa) Accioly Neto, Presidente; Ezequias Losso, Relator.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Srta. Cláudia Chueiri, eleita Mis Paraná 76, representando o Município de Cornélio Procopio. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Srta. Edna Babinski Faé, eleita Rainha do Soja do Paraná-76, e ao Clube Pontagrossense, da qual era representante. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pelo trans-

curso e, data de hoje, do cinquentenário de fundação do Clube Atlético Seletto, tradicional agremiação desportiva da cidade de Paranaguá. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoato, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Pe. José Busato, ocorrido no dia 2 do corrente mês, na cidade de Iporã. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Alzira Mendes de Araújo, ocorrido na cidade de Londrina. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jovem Osmar Inocente, ocorrido na cidade de Rancho Alegre. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Dal'Oglio, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento dos Srs. Jurandir Dalprá e Leonir Giarretta, ocorrido na cidade de Toledo. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Secretário da Receita Federal, em Brasília, e ao Sr. Delegado da Receita Federal nesta Capital, encarecendo aos mesmos, providências no sentido de que venha a ser criado e instalado, Posto da Receita Federal na sede do município de Mandaguari. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente, solicitando autorização para representar esta Assembléia, no Encontro da Região Sul das Federações de Trabalhadores Rurais, que terá lugar em Brasília, onde serão debatidos assuntos referentes aos moinhos coloniais. — (Aprovado).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente, solicitando o empenho dos Srs. Presidente da República, do líder do Governo no Senado e diversas autoridades, no sentido da aprovação do Decreto 366, que regulamenta a moagem de trigo por parte dos moinhos coloniais. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Accioly Neto e Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Recursos Humanos, no sentido de que seja realizado estudos e adoção de medidas, visando ao pagamento da gratificação de tempo integral e dedicação exclusiva aos servidores públicos não policiais, lotados na Secretaria de Segurança Pública, e que prestam serviços como agentes de polícia nas Delegacias Especializadas e Distritais da Capital, bem como nas do Interior do Estado. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. Deputado Federal Ítalo Conti, da bancada paranaense, pela apresentação de projeto de lei que visa devolver à nação paraguaia, todos os troféus obtidos durante a guerra entre aquele País e o Brasil, durante os anos de 1865, a 1870, em nosso poder, atualmente. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, lido da tribuna, solicitando ao Ministério da Educação e Cultura providências para resguardar os direitos e interesses dos alunos



da Fundação de Estudos Internacionais do Paraná, que teve no presente ano letivo, paralisadas suas atividades. — **Aprovado.** Será encaminhado à Comissão Especial, que irá à Brasília no próximo dia 15.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, no sentido de determinar a construção de um trevo nas confluências das ruas Avenida Brasília e Francisco Derossi, com Rodovia Régis Bittencourt. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando seja enviado expediente ao Sr. Ministro da Educação e Cultura, no sentido de que sejam envidados esforços, visando a criação e instalação de uma Faculdade de Ciências Agrárias, (Agronomia e Veterinária), em Marechal Cândido Rondon. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado constante do expediente, solicitando seja encaminhada sugestão ao Sr. Delegado Regional do Serviço Nacional de Abastecimento, com sede neste Estado, no sentido de que sejam tomadas providências, tendo em vista denúncia de vários jornais, sobre a estocagem clandestina do feijão. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado pedido de informações à Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, referente à mendicância e quais as medidas adotadas com aqueles que qualificadamente lavradores, chegam à Capital em busca de emprego. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Presidente da Rede Ferroviária Federal e ao Sr. Diretor Regional daquela empresa, no sentido de que seja estudada a possibilidade da inclusão de carros de passageiros de 1ª e 2ª classe, nas composições ferroviárias, que fazem o percurso desde o Porto de Paranaguá à região norte. — Encerrada a discussão. Em votação.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO — (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apenas para dizer da oportunidade do requerimento do ilustre Deputado Gabriel Manoel.

Nós que somos da região Norte, bem próximo à cidade de Maringá, conhecemos, como conhece o Deputado Gabriel Manoel, a necessidade de que toda aquela região vastíssima do Norte e Noroeste do Estado, seja atendida pelo Estado que chega até Maringá, providenciando ela condições para que passageiros da Capital se dirijam àquela região e vice-versa. A conclusão da estrada central do Paraná foi esperada e aguardada por esse Estado, por todos nós, durante muitos anos, e vimos agora, recentemente, podemos dizer, com a presença de S. Exa. o Sr. Ministro da República, para alegria de todos nós, a inauguração desta estrada.

E agora, o Deputado Gabriel Manoel, que tem representação específica do Norte Pioneiro, que não é a região objeto de seu requerimento, eu pedi a palavra no encaminhamento desta matéria, para dizer da sua importância e de sua oportunidade.

Realmente, o Paraná espera que a Rede Ferroviária Federal preste um esclarecimento público ao Governo do Estado através de seu órgão responsável, quando é que se dotará a estrada de ferro ligando norte e sul, dando condições de transporte coletivo.

Sr. Presidente, requeri recentemente, nesta Casa, informações da Secretaria de Transportes sobre horários de ônibus das

empresas que fazem Maringá, Paranavaí, Campo Mourão, Curitiba. E quando eu requeria, a intenção era dizer a esta Casa que não é segredo que já às sextas-feiras dificilmente se conseguem passagens de ônibus para Maringá ou às cidades a que me referi. Nós não sabemos ao certo quantos horários têm registrados a Viação Garcia, que é a responsável pelo maior número desses horários. E não queria também atribuir às empresas a culpa de que muitas sextas-feiras, quintas-feiras, ou nos finais de semana, não ter mais condições de atender às solicitações dos passageiros.

Com esse requerimento, talvez agora o Governo do Estado unindo esforços com a Rede Ferroviária Federal, dê aí solução a este problema que vem se arrastando há muitos anos. Quanta gente, principalmente gente humilde que vem do Interior à Capital, submeter-se muitas vezes, à tratamento de saúde ou providenciar documentos pessoais em fim de semana, muitas vezes não consegue passagem para retornar às suas casas, e é difícil dar solução através das empresas rodoviárias, porque não se pode ter horários às segundas e terças e mesmo em número diferente de quinta e sexta, talvez seja aí, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a importância do requerimento do Deputado Gabriel Manoel, e que, repito, uso da palavra para enaltecer seu objetivo, para dizer da sua importância, talvez a solução que se arrasta, desse problema em que dezenas de pessoas fiquem nos guichês da rodoviária, pedindo pelo amor de Deus para que lhes venda a passagem para Maringá, Paranavaí ou Londrina, encontre aqui na Rede Ferroviária Federal solução deste problema. Tanto é que me dou por satisfeito do requerimento que fiz à Secretaria dos Transportes, perguntando e solicitando que esta Casa fosse informada sobre quais as empresas e os horários de transportes coletivos de Curitiba ao Norte, se a Rede Ferroviária Federal e os órgãos responsáveis do Estado fizeram tudo para que nós todos tenhamos conhecimento dessas providências.

Dou-me por satisfeito pelo requerimento que fiz junto à Secretaria dos Transportes.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Em votação. Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet constante do expediente de sessão anterior, solicitando o adiamento por três (03) sessões da discussão e votação, em terceiro turno, do Projeto de Resolução 98/76. — **Prejudicado, face o que dispõe o § único, do Art. 110, do Regimento Interno.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 9, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

- 3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei 103/75, 25/76, 33/76 e 37/76.
- 2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei 09/76, 26/76 e 42/76.
- 1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução 46/76 e 47/76.

Levanta-se a Sessão.

#### DECRETOS:

##### DECRETO LEGISLATIVO Nº 423/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 4260, de 20 de maio de 1976, deste Poder,

**R E S O L V E:**

prover, em comissão, LUNIR CARRANO BITTENCOURT, no cargo de símbolo 3-C, de Assessor de Gabinete, com lotação no Gabinete do Deputado LUIZ ROBERTO NOGUEIRA SOARES

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 03 de junho de 1976.

- aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente  
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário  
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 424/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 4066, de 18 de maio de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

prover, em comissão, CARLOS PERTEL, no cargo de símbolo 3-C, de Assessor de Gabinete, com lotação no Gabinete do Deputado JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 03 de junho de 1976.

- aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente  
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário  
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 425/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 4262, de 20 de maio de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

prover, em comissão, JOSÉ BALAN FILHO, no cargo de símbolo 3-C, de Assessor de Gabinete, com lotação no Gabinete do Deputado JOÃO CIONI NETTO.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 03 de junho de 1976.

- aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente  
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário  
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 426/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 4230, de 20 de maio de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

prover, em comissão, SANTIAGO LOSSO, no cargo de símbolo 3-C, de Assessor de Gabinete, com lotação no Gabinete do Deputado EZEQUIAS LOSSO.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 03 de junho de 1976.

- aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente  
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário  
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 427/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 4329, de 21 de maio de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

prover, em comissão, JOSÉ LUIZ DEL CIEL, no cargo de símbolo 3-C, de Assessor de Gabinete, com lotação no Gabinete do Deputado JOSÉ ANTONIO DEL CIEL. Palácio "Dezenove de Dezembro", em 03 de junho de 1976.

- aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente  
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário  
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 428/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 4266, de 20 de maio de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

prover, em comissão, NERY HUMBERTO SGUAREZI, no cargo de símbolo 3-C, de Assessor de Gabinete, com lotação no Gabinete do Deputado NILSO ROMEU SGUAREZI.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 03 de junho de 1976.

- aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente  
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário  
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 429/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 4359, de 21 de maio de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

prover, em comissão, RUBENS GUAREZI, no cargo de símbolo 3-C, de Assessor de Gabinete, com lotação no Gabinete do Deputado FABIANO BRAGA CORTES.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 03 de junho de 1976.

- aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente  
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário  
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 430/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 4227, de 20 de maio de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

prover, em comissão, ONEIDE GUMY, no cargo de símbolo 3-C de Assessor de Gabinete, com lotação no Gabinete do Deputado LINEU MANSANI TURRA.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 03 de junho de 1976.

- aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente  
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário  
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário